



#### CONTRATO Nº 20190004

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS/PA, neste ato denominado CONTRATANTE, com sede na Avenida F, Quadra 33, Lote Especial s/n, inscrito no CNPJ sob o n.º 22.938.658/0001-81, representado neste ato pelo Sr. Luiz Alberto Moreira Castilho, Presidente da Mesa Diretora, portador do CPF nº 723.340.966-87, domiciliado na Avenida F, QD: 33, Lote Especial, Bairro Beira Rio II, Parauapebas - PA e de outro lado a empresa VALENTE E REIS ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS, CNPJ: 08.362.173.0001.61, com sede na Avenida: Augusto de Lima, nº 407, Sala nº 610, Centro, Cidade: Belo Horizonte/Minas Gerais, CEP: 30.190-001, de agora em diante denominada CONTRATADA(O), neste ato representado pelo(a) Sr(a) Sebastião Tadeu Ferreira Reis inscrita sob o número do CPF: 232.528.986-91, domiciliado na Rua: Carlos Henrique Lange, nº 131-Enseada das Graças, Cidade: Belo Horizonte/Minas Gerais CEP: 31.370-010, têm justo e contratado em face da Inexigibilidade nº6/2019-00003CMP o seguinte:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL

1.1 - Serviços de consultoria e assessoria jurídica para orientar os trabalhos do poder Legislativo Municipal na área de Direito Público Municipal e Administrativo, orientar a mesa diretora em matéria do ramo do direito e sobretudo no acompanhamento e defesa em processos perante as Cortes de Contas (Federal, Estadual e Junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Pará - TCM/PA) e demais órgãos de controle externo, bem como dirimir dúvidas quanto a aplicação de Leis e orientar sobre controvérsia de Direito Público, Administrativo, junto a Câmara Municipal de Parauapebas, Estado do Pará, no sentido de zelar pela legalidade dos seus atos.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES QUANTIDADE UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
00001	Serviços de consultoria e assessor Serviços de consultoria e asses trabalhos do poder Legislativo Público Municipal e Administrat matéria do ramo do direito e sob em processos perante as Cortes Junto ao Tribunal de Contas de demais órgãos de controle exte quanto a aplicação de Leis e Direito Público, Administrativo, Parauapebas, Estado do Pará, no dos seus atos.  9.00 SERVIÇO	essoria jurídica para Municipal na área civo, orientar a mesa pretudo no acompanhame de Contas (Federal los Municípios do Pará erno, bem como dirir orientar sobre con junto a Câmara M	de Direito diretora em nto e defesa, Estadual e - TCM/PA) e mir dúvidas trovérsia de unicipal de a legalidade 360.000,00

## CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1 - Este contrato fundamenta-se no art. 25, inciso II, c/c o art. 13, inciso III da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas posteriores alterações.





#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 3.1. Executar o objeto deste contrato de acordo com as condições e prazos estabelecidas neste termo contratual;
- 3.2. Assumir a responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, quando no desempenho de suas atividades profissionais, objeto deste contrato;
- 3.3. Encaminhar para o Setor Financeiro da(o) CONTRATANTE as notas de empenhos e respectivas notas fiscais/faturas concernentes ao objeto contratual;
- 3.4. Assumir integralmente a responsabilidade por todo o ônus decorrente da execução deste contrato, especialmente com relação aos encargos trabalhistas e previdenciários do pessoal utilizado para a consecução dos serviços;
- 3.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na assinatura deste Contrato. 3.6. Providenciar a imediata correção das deficiências e ou irregularidades apontadas pela Contratante;
- 3.7. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até o limite fixado no § 1°, do art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

# CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- 4.1. A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 4.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;
- 4.3. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- 4.4. Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

## CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - A vigência deste instrumento contratual inicia-se em 04 de abril de 2019 extinguindo-se em 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, desde que ocorra um dos motivos previstos no art.57, da Lei N° 8.666/93, se conveniente e/ou oportuno á Administração Pública, de acordo com os prazos e condições previstos na legislação que rege a matéria.

a materia.

AV. F QD: 33, LOTE ESPECIAL, BEIRA RIO II





- 8.1 O valor total da presente avença é de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), a ser pago mensalmente, contado a partir da data final do período de adimplemento da obrigação, na proporção dos serviços efetivamente prestados no período respectivo, segundo as autorizações expedidas pelo(a) CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS, ESTADO DO PARÁ, e de conformidade com as notas fiscais/faturas e/ou recibos devidamente atestadas pelo fiscal do contrato, observadas a condições da proposta adjudicada e da ordem de serviço emitida.
- 8.2. O pagamento de cada parcela, será realizado a partir da data final do período de adimplemento da obrigação (não superior a 30 dias), na proporção dos serviços efetivamente prestados no período respectivo, segundo as autorizações expedidas pelo(a) CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS e de conformidade com as notas fiscais/faturas e/ou recibos devidamente atestadas pelo setor competente, observadas a condições da proposta adjudicada e da ordem de serviço emitida.
- 8.3. Apresentar, ao final de cada mês além da nota fiscal as certidões que comprovem a regularidade para com a Previdência Social, Receita Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

# CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas contratuais correrão por conta da verba do orçamento do(a) CONTRATANTE, na dotação orçamentária: Exercício: 2019 Atividade 0101.010312004.2.002 Manutenção das ações administrativas do Poder Legislativo, Classificação econômica: 3.3.90.35.00 - Serviços de Consultoria, Subelemento: 3.3.90.35.01 - Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica.

# CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1 O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

# CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO CONTRATO

11.1 - O Contrato fica vinculado exclusivamente a Inexigibilidade nº6/2019-00003CMP e a proposta da contratada.

# CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

12.1 Este Contrato encontra-se subordinado a legislação específica, consubstanciada na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, e, em casos omissos, aos preceitos de direito público, teoria geral de contratos e disposições de direito privado.

12.2 Fica eleito o Foro da cidade de PARAUAPEBAS, como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas deste Contrato, caso não sejam dirimidas amigavelmente.

AV. F QD: 33, LOTE ESPECIAL, BEIRA RIO II





12.3 Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

PARAUAPEBAS-PA, 04 de abril de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS/PA CNPJ(MF) 22.938.638/0001-81

CONTRATANTE

VALENTE E REIS ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS

CNPJ: 08.362.173.0001.61

CONTRATADO

Testemunhas:

۷٠.